



133



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

HABEAS CORPUS Nº 212655-0 – RECIFE (2ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Dr. Manoel Nunes Pereira.

PACIENTE: Thiago Laurentino da Silva.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA (convocada): Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

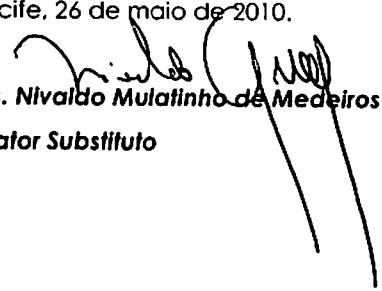
5729

EMENTA: Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente preso em flagrante delito e, posteriormente, denunciado sob a acusação de ter praticado o delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB. Alegação de excesso de prazo. Constrangimento ilegal não configurado. Inexistência de desídia imputável ao Juízo. Na processualística atual, vigente o princípio da razoabilidade, há que se analisar caso a caso o alegado retardamento da instrução. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 212655-0 da 2ª Vara Criminal da Capital, em que figuram, como impetrante, Dr. Manoel Nunes Pereira e, como paciente, **Thiago Laurentino da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 26 de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto



134



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

HABEAS CORPUS Nº 212655-0 – RECIFE (2ª Vara Criminal).

IMPETRANTE: Dr. Manoel Nunes Pereira.

PACIENTE: Thiago Laurentino da Silva.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA (convocada): Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de ordem de habeas corpus liberatório, com pretensão liminar, interposto pelo Advogado Manoel Nunes Pereira, em favor de **Thiago Laurentino da Silva**, qualificado às fls. 02 dos autos.

O Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital é apontado como autoridade coatora.

Noticia o impetrante, na inicial de fls. 02/04, que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito, em 11/11/2009, e encontra-se respondendo a Ação Penal nº 0146892-12.2009.8.17.0001, acusado da prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, Código Penal Brasileiro.

Informa, ainda, que foi designada audiência para o dia 12/04/2010, mas que deixou de ser realizada devido à ausência do **Parquet** e da suposta vítima, tendo sido, por isso, remarcada para 13/07/2010.

Expostos esses argumentos, alega como fundamento do *mandamus*, o constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 05/24.

Pleito liminar indeferido, nos termos da decisão de fls. 31/32.

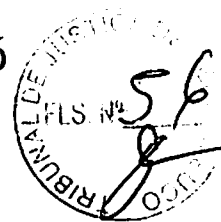
Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, ofereceu parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 45/50).

Este é o brevíssimo relatório.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Coutta Reis

135



VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, através do presente writ, alega-se constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Consta das informações prestadas pela autoridade impetrada que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito em 10 de novembro de 2009, por infração ao artigo 157, § 2º, incisos I e II do Código penal Brasileiro, por ter, no bairro do IPSEP, nesta cidade, agindo em comunhão de designios com outros indivíduos, ainda, não identificados e usando uma arma de fogo, subtraído um veículo modelo WV/KOMBI, de propriedade da empresa American Forma Distribuidora LTDA, que estava em poder da vítima.

Esclarece, também, que a audiência de instrução e julgamento, marcada para o dia 12 de abril de 2010, restou adiada, por ausência do Ministério Público e da vítima, sendo a mesma remarcada a data para 13/07/2010.

Entendo que o pleito do impetrante não possui fundamentos suficientes para ensejar a concessão da ordem.

Com efeito. A julgar pelas informações do Juízo indicado coator, o processo a que responde **Thiago Laurentino da Silva** vem sofrendo um pequeno retardo em decorrência de dificuldades comumente verificadas na dinâmica do Judiciário.

Embora reconheça não ser imputável à defesa o atraso verificado, o feito está sendo impulsionado, não incidindo, no caso em exame, qualquer desídia do juízo.

Por derradeiro, como é cediço, em matéria de prazos processuais penais, o princípio da razoabilidade possui um lugar de destaque, não devendo o Judiciário entender a marcha processual como uma simples soma aritmética.

Sobre o assunto, vejam-se:

"O prazo para a conclusão da instrução criminal não é absoluto, fatal e improrrogável, e pode ser dilatado diante das peculiaridades do caso concreto. (STJ - RHC 18.457/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09.05.2006, DJ 26.06.2006 p. 171)."

"O tempo legal do processo submete-se ao princípio da razoabilidade, que exclui seu exame à luz de só consideração aritmética, sobretudo, quando acolhida, no sistema de direito positivo, a força maior, como fato produtor da suspensão do curso dos prazos processuais. (STJ - HC 41.372/RJ, Rel.



136



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Costa Reis

**Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro HAMILTON CARVALHIDO,
SEXTA TURMA, julgado em 31.08.2005, DJ 26.06.2006 p. 204).**"

"O prazo para o encerramento da instrução criminal não se constitui numa simples soma aritmética, mas se submete ao princípio da razoabilidade, razão pela qual inexistente constrangimento ilegal quando a demora é plenamente justificada pelas peculiaridades do processo. (TJPR – HC nº 0368151-8; Relator: Des. Rogério Coelho; Órgão Julgador: 4ª Câmara Criminal; Data do Julgamento: 19/10/2006)".

De mais a mais, já existe data designada, que é o próximo dia 13 de julho do ano corrente, para a realização da audiência de instrução e julgamento.

À vista do exposto, em conformidade com o entendimento da douta Procuradoria de Justiça, meu voto é pela denegação da ordem.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

Relator Substituto